



Bem-vindos às lutas de 2015!

E novamente iniciamos mais um ano letivo sem nenhum anúncio de melhoria na educação pública. Ao contrário.

Os novos/velhos governos federal e estadual anunciam cortes no orçamento da educação. A Prefeitura do Rio de Janeiro que tem uma previsão de variação da receita orçamentária de 11,10%, o que significam bilhões a mais (segundo dados da PLOA 2015), não anunciou até agora nenhuma melhoria para escolas ou creches. Porém aumentou o número de cargos do primeiro escalão do governo, chegando ao número extraordinário de 64. Maior que a Presidência da República. Maior do que muitos países europeus. Comprovando algo que já sabíamos há muito tempo: a prioridade de Paes não é, nem nunca foi a educação.

Na rede municipal da capital, a maior rede pública de educação básica da América Latina, o aprofundamento da política educacional meritocrática e excludente tem como eixo o 6º ano experimental. Muitos até podem achar que não há nada demais nesta proposta, mas o pano de fundo é a adequação ao PNE (agora aprovado, mas que já vinha sendo implementado há anos aqui).

Mas o que isso significa na prática?

1- A legitimação do desvio de verbas públicas para a iniciativa pri-

“Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.

“Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do vôo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos

pássaros é o vôo. “Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em vôo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o vôo, isso elas não podem fazer, porque o vôo já nasce dentro dos pássaros. O vôo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado.”

Rubem Alves

vada. Como dizem vários economistas: “a educação é um mercado que sobrevive a crise”. Então é preciso “salvar” os pobres banqueiros e empresários da recessão econômica garantindo a eles dinheiro...

2- ... que vem do orçamento da educação. Para isso é preciso inventar a lógica de que a melhoria da educação só virá com metas e índices nacionais de avaliação. Assim aprovam-se apostilas e provas externas feitas por Institutos e Fundações em que banqueiros e empresários são donos...

3- ... mas para convencer a todos que não é desvio de dinheiro, precisam culpar alguém pelo fracasso da educação pública. Obviamente não será o governo. Será ...

4- ... o profissional de educação. Por isso, não tem que existir autonomia pedagógica, valorização salarial ou melhoria das condições de trabalho. Os índices é que premiarão os dedicados...

5- ... funcionários então, nem

pensar. Melhor ter terceirizados. Lucro certo para o prefeito e os empresários donos das firmas de terceirização.

6- E se alguém resolver organizar sua escola/creche/EDI, recorrer ao sindicato, e fizer qualquer mobilização, principalmente greve, a resposta tem que ser dura: corte de salário, processo, criminalização. Com esta fórmula Eduardo Paes poderá dormir tranquilo o sono dos injustos. Daqueles que tem certeza que se manterão no poder.

Mas os profissionais de educação não tem acordo com este esquema. Ao contrário. Nós o rejeitamos. Não somos gaiolas, somos asas!

Queremos lutar contra isso, para construir uma educação libertadora para nossos alunos.

Por isso, em 2015, vamos colocar nosso bloco na rua.

Em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, todos à assembleia!

O verdadeiro significado do 6º ano experimental

No final de 2014, a secretária de educação Helena Bomeny noticiou à grande imprensa que encaminharia um Projeto de Lei à Câmara dos Vereadores, transformando o 6º ano experimental em regular.

O argumento utilizado pela SME para esta reestruturação são os bons “índices” e o fato dos alunos serem muito pequenos e sofrerem com a transição de 1 para vários professores. Como sempre uma falácia.

Sabemos que muitos colegas são professores de turmas do 6º ano experimental, mas enquanto profissionais de educação, precisamos iniciar um debate entre nós e com a sociedade sobre o que realmente está por trás desta proposta.

Como já dissemos, em meio a crise do capital, os governos trans-

formaram a educação num grande balcão de negócios. Portanto, as reformas educacionais não são para atender ao interesse dos alunos. Transformar o 6º ano como parte do 1º segmento do ensino fundamental é benéfico para o governo porque:

1- Estende o processo de alfabetização por mais um ano, mascarando assim a verdadeira realidade dos problemas de aprendizagem e a aprovação automática que existe na prática;

2- Diminui o déficit de professores ao criar o polivalente. De acordo com informe da secretária Helena Bomeny, que consta em ata da audiência com o SEPE no dia 28 de maio de 2014, existe carência de 560 professoras(es) na rede, tendo sido contratados mais de 37.000 novos funcionários, dos

quais 24.000 são professores. Porém, quando comparamos os dados do sítio virtual da prefeitura do dia 28 de setembro de 2009 com os do dia 27 de janeiro de 2015, verificamos uma diminuição de 875 professores. Como isso pode ocorrer se a secretária alega ter dado posse a 24mil?

3- Precariza ainda mais o ensino. Com os avanços científicos é cada vez mais necessário a especialização nas diversas áreas do conhecimento. Por que então colocar somente um profissional? Para culpabilizá-lo depois?

4- Garante mais lucros para a iniciativa privada através de cursos de “capacitação”, material pedagógico, etc.

Precisamos nos organizar e lutar contra mais este ataque à educação.

CALENDÁRIO

21 de Fevereiro - Conselho Orçamentário do Sepe, às 9h. Após o Conselho será instalada Assembleia Estatutária para eleição do Conselho Fiscal do Sepe. Local: ABI.

14 de Março - Assembleia da Rede Municipal e Conselho Deliberativo: 14h. Clube Municipal - Tijuca

21 de Março – Conselho do Departamento Jurídico, às 9h.

28 de Março - Assembleia Eleitoral, às 10h.